

# DIGRESSÕES SOBRE HUMANISMO INSPIRADAS EM *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

*DIGRESSIONS ON HU-  
MANISM INSPIRED BY  
THE PRINCE, FROM  
MACHIAVELLI*

Clóvis Falcão<sup>1</sup>

Professor do Programa de Pós-  
graduação em Direito da  
Universidade Federal de Sergipe

## Resumo

Uma vez que em quinhentos anos já foram traçados caminhos óbvios e não tão óbvios a partir da obra de Maquiavel, há muitas aberturas e reconstruções possíveis. Como um mosaico, que se reconstrói com peças novas nunca iguais às anteriores, as partes que compõem o solidificado entendimento doutrinário de *O Príncipe* se alternam com o passar do tempo. As mudanças recentes na economia ou na política, que levam alguns autores a declarar a superação do paradigma moderno, seriam, pelo contrário, a confirmação do ideal moderno já sugerido por Nicolau Maquiavel. Ao

não dar um rosto ao indivíduo ou conteúdo à ideologia, concentrando-se no poder, ele incorpora a purificação metodológica necessária ao projeto do sujeito

**Palavras-chave:** Maquiavel. Paradigmas. Modernidade. Quebra. Continuismo.

## Abstract

*Once in five hundred years have been traced paths obvious and not so obvious from the Machiavelli work, there are many gaps and possible reconstructions. Like a mosaic, which is reconstructed with new parts never the same as above, the component parts of the solidified doctrinal understanding of Prince alternate over time. Recent changes in the economy or in politics, leading some authors to declare the overcoming of the modern paradigm, would, on the contrary, the confirmation of the modern ideal already suggested by Niccolo Machiavelli. By not giving a face to the subject or content of the ideology, focusing on power, it incorporates the methodological purification necessary to subject the project*

**Keywords:** Machiavelli. Paradigms. Modernity. Smash. Continuism.

## Introdução:

Falar sobre *O príncipe* encerra possibilidades e desafios, sendo maior deles trazer algo novo ao interpretar uma obra que há tanto tempo influencia o pensamento social e político. É importante que se lembrem sempre as ideias principais,

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Sergipe. Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela UFPE. Aracaju – SE, Brasil, clovisfalcao@gmail.com

que se mantêm atuais, pois o valor acadêmico também reside em fazer circular a informação. Porém, para a filosofia, que tem como tendência colocar-se no limite do óbvio e cujo nascedouro é o “espanto” grego, a procura pelo inusitado é forte demais para recusá-lo. O filósofo procura aberturas, ranhuras no tecido do real. Esta busca não é simples, especialmente em se tratando de uma obra com quinhentos anos de muita história.

Também há inúmeras possibilidades. Uma vez que em quinhentos anos já foram traçados caminhos óbvios e não tão óbvios a partir da obra de Maquiavel, há muitas aberturas e reconstruções possíveis. Como um mosaico, que se reconstrói com peças novas nunca iguais às anteriores, as partes que compõem o solidificado entendimento doutrinário de *O Príncipe* se alternam com o passar do tempo, embora a imagem vista à distância não se modifique substancialmente. Até mesmo para continuar compreendendo a obra da mesma

maneira, mantendo sua importância, é necessário renovar os detalhes, ainda que estas correspondam às menores peças do mosaico.

Objetivando ser mais uma leve e necessária mudança de perspectiva, este é um ensaio sobre a capacidade que teve o pensador de Florença de antecipar alguns aspectos essenciais à política de hoje, não, contudo, a partir dos governantes, mas da sua ideia de povo e mais especificamente, do indivíduo que faz parte desse povo, o sujeito moderno, eleitor-consumidor das ofertas da política, da Igreja, do direito, da cultura. Assume-se aqui que o projeto moderno ou iluminista é o projeto de criação e manutenção do sujeito, que consiste em aprimorar a individualidade e o conforto através da eficiência técnica. Assim, as mudanças recentes na economia ou na política, que levam alguns autores a declarar a superação do paradigma moderno, seriam, pelo contrário, a confirmação do ideal moderno já sugerido por Nicolau Maquiavel. Ao

não dar um rosto ao indivíduo ou conteúdo à ideologia, concentrando-se no poder, ele incorpora a purificação metodológica necessária ao projeto do sujeito. O ensaio detalha essa linha de raciocínio. Aqui, por vezes, Maquiavel se tornará um personagem, indo além de sua obra, mas é pelo bem da ideia geral; para aqueles que querem uma análise mais precisa e objetiva do pensador florentino, a literatura oferece excelentes fontes<sup>2</sup>.

### 1. Maquiavel, mais que um moderno

A modernidade pode ser vista como a realização da racionalidade e da liberdade do ser humano, tarefa para qual a humanidade já estaria determinada desde o princípio, e que agora pode realizar graças à evolução técnica e moral das civilizações. As

épocas passadas seriam, por assim dizer, momentos de uma evolução necessária, cujo estágio de maior desenvolvimento é representado pelas repúblicas ocidentais contemporâneas. Mesmo reconhecendo que ainda falta muito, há uma crença de que já se progrediu muito e, mais importante que isso, a humanidade quer continuar progredindo e sabe como fazê-lo. Essa crença é, sobretudo, uma retórica, mas esta é uma ideia útil, pois provoca uma onda de otimismo, ao presumir no ser humano a capacidade de conduzir com eficiência seu destino. É uma estética que leva à ação.

O otimismo é importante para as sociedades contemporâneas, e é equivocado rejeitá-lo com o argumento de que é “somente” uma verdade retórica. O ideal moderno pode não ser uma verdade lógica, pode nem mesmo chegar a ser uma verdade consensual, mas é real o suficiente para consistir em uma estética progressista, útil à manutenção do sistema capitalista e do consumo

---

<sup>2</sup> Isso se dá porque procuro em *O Príncipe* uma estética social semelhante à desenvolvida por Kosnoski (2005) acerca de John Dewey.

como cultura. Acredita-se, ao menos nas sociedades desenvolvidas, no aumento constante da paz, do bem-estar, da riqueza, da igualdade. O projeto moderno é a busca desse ideal burguês e a busca da sensação de segurança e bem-estar, promovidas pelo avanço técnico e pela estabilidade política. O projeto moderno, ou modernidade, é aqui compreendido como o desenvolvimento dos mecanismos sociais que ampliam as liberdades individuais. Não entro aqui no mérito de esse desenvolvimento ser apenas uma ficção elevada artificialmente à condição de natureza do homem. Importa é que a promoção do sujeito burguês é bem-sucedida, e está em harmonia com ideias levantadas por Nicolau Maquiavel há cinco séculos.

Nelson Saldanha, em “Teológico, metafísico, positivo”, diz:

[A] modernidade dos modernos é basicamente uma tomada de consciência, inclusive no sentido de que esta ocorre ao tempo em que começa a crescer a consciência

histórica no Ocidente (...). Para tanto houve a secularização, com a qual o enfraquecimento das referências teológicas levou os homens a encarar muitas coisas como obra sua; e houve, um tanto a partir daí, a ideia de progresso, que alguém já comparou a uma versão leiga da divina providência. (Saldanha, 2010:17. Destaques no original).

Como “tomada de consciência”, o projeto moderno não é explicado apenas pelas mudanças nos elementos objetivos ou pela sucessão causal de fenômenos culturais, políticos ou econômicos. Os fenômenos particulares, com seus nomes próprios, são importantes, mas para uma compreensão estética do conjunto é necessário entendê-los como manifestações objetivas do espírito, momentos de um projeto maior, abrangente a ponto de ser comparado com “uma versão leiga da divina providência”. Por mais que nos recusemos a observar a história como o desenvolvimento objetivo do espírito absoluto hegeliano

(Hegel, 2008), a modernidade ativa uma ordem pública que protege o ideal burguês e cria a seu redor as estruturas necessárias. O projeto é a realização do contrato social que garante progressivamente os direitos individuais, a tecnologia, o comércio e as cidades.

Maquiavel não mergulha tanto nos ideais humanitários do iluminismo, preferindo discutir os problemas da modernidade a partir dos postos de comando. Há uma teoria moral, mas esta se dirige ao comando da sociedade (e não ao cidadão comum), embora possamos tirar dela uma teoria ética mais abrangente (Cropsey; Strauss, 1987). O polo ativo da mudança é o príncipe, sem dúvida, e enfatizam-se na doutrina sobre a obra, com razão, as medidas estratégicas que ele deve tomar para manter a massa em ordem e assegurar seu poder. Pode-se, a partir daí, levantar a ideia de que à sua obra falta a consciência ética necessária para completar o projeto iluminista, pois conhecer o poder é necessário, mas

apenas para uma parte da secularização. Diríamos mais, podemos ver uma contradição entre tão pragmática, tão “seca” teoria política, e os ideais filosóficos do iluminismo. Mas a aparente contradição entre maquiavelismo e os ideais humanistas se desfaz quando compreendemos a complexidade da reforma e a necessidade de se manter ao longo do processo um difícil equilíbrio entre ordem e direitos, imposição e promessa. O humanismo, no jogo político, não é um fim em si mesmo, mas um dos instrumentos do bem-estar social. Quando se alcança a estabilidade sem o discurso humanista, ele não faz falta. Pelo contrário: muitas vezes, quando está presente, é apenas complemento a uma relação de poder. Sem poder não há sentido.

Por exemplo, ao menos para uma sociedade de consumidores o direito à educação não é uma forma de crescimento pessoal sem utilidade específica e com afiação do senso crítico, mas uma forma de garantir o futuro da sociedade e do

indivíduo, treinando-o para produzir riqueza e recompensando-o na mesma proporção de sua utilidade para o sistema posto. Existe uma necessidade de organização e para isso recorre-se à disciplina que determina a essência humana e, por conseguinte, também o conteúdo e os meios de garantia dos direitos básicos. Se isso não faz a sociedade abandonar e recomeçar tudo, é por ela aceitar a relação de poder da secularização ou estar presa a ela.

A natureza, deus ou a história fizeram prevalecer a ideia de que a melhor maneira de encontrar satisfação individual é promover socialmente os valores burgueses. Um filósofo que valoriza o caráter intrínseco das liberdades básicas deve reconhecer que elas são meios e não fins, e que ao final do dia o público apoiará aquilo que lhe garantir utilitariamente mais felicidade. John Rawls (1980), por exemplo, precisou reconhecer que a estrutura que propôs para o contrato social não é verdadeira para todo e qualquer contexto, pois

depende de pressupor um sujeito que valorize de forma absoluta aquela estrutura básica. Para conceber seu contrato social, ele precisa pressupor um tipo específico de cidadão para fazer parte da situação ideal em que se firma o contrato. É até óbvio que o valor dado aos direitos humanos varie com o contexto, favorecido em sociedades democráticas ocidentais e nas civilizações semelhantes. Menos óbvio é o fato de que o conjunto de direitos básicos que legitimam um governo são apenas um meio de garantir o bem-estar de um sujeito, e, portanto, possam ser modificados – e até suprimidos – quando há uma ameaça a essa ideia-guia<sup>3</sup>.

O medo, associado à servidão voluntária, viabiliza o poder tal como o concebeu Maquiavel. A atualidade de sua

---

<sup>3</sup> Muitos tentaram captar esse ideal burguês e, claramente, nenhuma concepção é unânime. Quem chegou mais perto do que aqui tenho em mente foi John Stuart Mill, em *A liberdade* (1879). De forma menos sistemática, Voltaire.

obra salta aos olhos quando percebemos que, no andar de cima, a política quase científica dos acordos entre partidos, das medidas econômicas e do marketing eleitoral não é uma forma sem conteúdo, tampouco uma perversão sem ideologia dos ideais de ordem pública do iluminismo. Os ideais existem, mas se configuram em meio ao jogo político, e desde que promovam o bem-estar dos sujeitos podem assumir qualquer forma. Não há que se pensar *O Príncipe* como uma obra pré-iluminista, dirigida aos reis e necessitada de uma revisão para ser compatível com o humanismo pregado pelos filósofos. A vontade de poder é inerente à política. O que Maquiavel faz não é uma simplificação metodológica ou estratégica, mas uma descrição satisfatória dos elementos essenciais a qualquer governo na busca por legitimação. Não há lacunas morais em *O Príncipe*, se por lacunas entendemos a falta de uma descrição do contrato social e dos seus contratantes; para o problema a que se propõe o

autor, o contrato social pode assumir qualquer forma.

Também não existe contradição entre o pensamento de Maquiavel e a estrutura dos tempos “pós-modernos”. Sua obra é uma das fundadoras da modernidade, da autoridade estatal e da racionalização da política, e isso não se discute. No entanto, a pós-modernidade, compreendida como a consciência da complexidade da vida contemporânea e da inexistência de verdades absolutas – sejam elas morais, religiosas ou científicas – combina bem com o pragmatismo do autor, e até mesmo o requer. Ao não formar uma imagem clara dos direitos do cidadão e se concentrar no poder, ele deixa espaço livre para a humanidade se definir a si mesma. O fato de ver seu mundo ruir lhe deu a percepção de que o projeto e a ação são essenciais, e as situações concretas, juntamente com seus ideais, perecíveis. Como tomada de consciência e como ação individual, a modernidade se associa à mudança, e é a

confirmação do sujeito que, mesmo politicamente passivo, se vê livre.

## 2.O governo para consumidores

Mesmo sem ser uma obra filosófica no sentido mais estrito do termo, *O Príncipe* exemplifica à perfeição a secularização do pensamento ocidental. A confiança na técnica (a experiência prática como participante do jogo político) e o desencantamento do mundo (Weber, 2004) estão presentes em Maquiavel. Essas ideias correspondem, por um lado, ao abandono do ser humano à própria sorte, já que um deus não é mais necessário à ordem pública, embora ainda seja importante para grande parte dos indivíduos. Por outro lado, surge a confiança de que a razão tudo pode conhecer e conquistar, e o ser humano consegue motivos para se imaginar no centro do mundo. A sociedade moderna colheu elementos suficientes para manter a confiança de que, munido da razão, o homem pode alterar tudo em seu

ambiente, inclusive ele mesmo. Das grandes navegações à engenharia genética, há uma unidade de propósito, um impulso conquistador que não terminou com as descobertas dos continentes e tampouco terminará com os clones humanos.

É claro que nesse longo caminho há obstáculos: uma mudança dessa magnitude não se faz da noite para o dia, e também requer guerras, crises, revoluções. Há, nesses cinco séculos, momentos de grande pro-gresso moral e momentos de volta à barbárie, grandes transformações e momentos em que os dogmas são mantidos à força. Algumas conquistas técnicas aumentam a soma total de felicidade, outras criam dor e sofrimento. Nessas idas e vindas, variam a confiança no futuro e a crença de que as instituições existentes darão conta dos desafios apresentados. Apesar de a crença na técnica e em governos relativamente livres ser estável, o ânimo das sociedades varia de forma complexa e imprevisível.

Nas últimas décadas, o progresso trouxe desafios que, aparentemente, não encontram solução nas instituições existentes. A dependência econômica, as migrações, os novos meios de comunicação, a busca de reconhecimento moral e político de grupos sociais marginalizados, o risco ao meio ambiente e muitos outros fatores provocam sentimentos de insegurança e incerteza. Independentemente das causas objetivas, o mundo é percebido como incerto e dinâmico, e se tornam temas comuns a crise das instituições e a necessidade de se modificarem algumas (ou muitas) concepções básicas.

A filosofia é particularmente sensível a essas mudanças, pois atribui a si mesma o papel de compreender de forma abrangente os fenômenos humanos. No século XX, a filosofia da linguagem exemplificou essa troca de perspectiva, ao iniciar como uma compreensão objetiva do mundo (quase matemática) para depois passar à compreensão da verdade

como consenso entre os participantes de um jogo. Se, em um primeiro momento, há uma representação objetiva do mundo na mente do sujeito e na linguagem que a acompanha, em um segundo momento os pensamentos são forjados durante a comunicação. Naquele primeiro momento, a verdade, apesar de ser encontrada pelo homem, depende de um método objetivo e universal; no segundo momento, a verdade pode ser cultural, temporária, pois o consenso válido se modifica quando se mudam os sujeitos e suas formas de comunicação.

O reconhecimento de que o sujeito é parte constituinte da verdade é a representação de um ímpeto não muito diferente de outros momentos da história do pensamento, como o romantismo de dois séculos atrás ou a filosofia existencial no século passado. Resgatar o humano de um método que o aprisiona é uma tendência recorrente, representada frequentemente pela rejeição aos argumentos de tradição e autoridade. Lugares-comuns,

como o “real”, o “prático”, o “ético”, o “verdadeiro” e o “concreto” são usados para anunciar ou promover mudanças de paradigma. Em nossa época não é diferente, e é comum ouvir que a modernidade cede espaço à pós-modernidade, pois esta acompanha a dinâmica da “realidade concreta”, a “complexidade do real”.

O termo “Pós-moderno”, impreciso, normalmente se refere, nas ciências sociais, a tudo aquilo que é mutável, líquido, incapaz de ser apreendido pela lógica ou método tradicional (Streck, 1999). Na teoria do direito, por exemplo, essa tendência é representada pela valorização dos princípios e pela abertura interpretativa, com vistas à inclusão das minorias e à “justiça” no “caso concreto”. A melhor decisão, para o jurista que segue essa linha, não é a que deriva da lógica, mas a que é sensível às peculiaridades do caso. Logo, o juiz deve exercer mais o seu poder criativo. No papel essa ideia é boa, na prática nem tanto, mas, de qualquer modo, representa para a teoria do

direito o sentimento de abertura e a necessidade de acompanhar as mudanças sociais. Nas ciências sociais, há muita audiência para o discurso contra as amarras metodológicas. Grande parte disso se deve ao sentimento de novidade e urgência que tal discurso representa.

Para fins de discussão, mais importante do que analisar a existência e o alcance de um movimento pós-moderno é compreender a importância estética da promessa de renovação. Ela não foi trabalhada por Maquiavel, mas é calando sobre ela que sua obra a anuncia.

Na teoria do direito, o direito moderno é definido por alguns pressupostos. Entre eles situam-se o monopólio da força (pelo Estado) e o princípio da legalidade: a lei escrita, em regra, prevalece sobre outras normas sociais. Com as sociedades se tornando mais complexas, esses dois pressupostos são desafiados por um direito que se diz mais pós-moderno. Ainda que

muitos autores não se utilizem desse termo, a ideia é que uma lógica menos rígida seria mais consciente das complexidades sociais e mais eficiente na resolução dos conflitos contemporâneos (de classe, raça, gênero). Essa lógica mais aberta seria mais sensível aos problemas concretos e abriria a técnica jurídica às reflexões sociológicas, políticas, filosóficas etc.

Dizer que o projeto moderno e seu método são insuficientes para compreender e cuidar da complexidade dos tempos atuais, como o fazem algumas tendências na teoria do direito, é um exagero duplo. Em primeiro lugar, o método científico ainda resolve problemas. É verdade que para as ciências humanas não é possível uma matemática social. É também verdade que um exagero objetivista pode levar à submissão a uma técnica estéril, mas a situação não é dramática a ponto de precisar de um novo paradigma epistemológico. Há, sem dúvida, necessidade de aprimorar, mas entre a necessidade de aprimorar e a

mudança de paradigma existe uma enorme distância.

Em segundo lugar, a modernidade como projeto nunca esteve tão forte. Compreende-se mal o projeto moderno quando se o associa ao pensamento lógico-dedutivo ou à defesa de verdades absolutas. A modernidade e o iluminismo são expressões de uma concepção de sujeito, individual e possuidor de direitos, eleitor e cliente das instituições oficiais. Ao elaborar a figura do sujeito, o projeto o protege com todo e qualquer meio disponível; enquanto ele estiver seguro, não há crise. As crises do capitalismo, até agora, representaram apenas a afirmação de sua força. O projeto burguês é algo mais do que uma ideologia político-econômica: é a organização social eficiente para a oferta de satisfação a esse sujeito por ele mesmo idealizado. O sujeito pressupõe e é pressuposto pelo sistema.

Para o sucesso do projeto moderno, não é necessário o acesso de todo cidadão à alta cultura,

concretizando em cada um o ideal do burguês esclarecido, amante da liberdade e politicamente ativo. Esse é um ideal que caracteriza uma classe social numa época específica, assim como a declaração dos direitos prioriza os valores dessa classe; a extensão e a influência desta variam de acordo com as épocas. Assim como a classe burguesa fez um código de ética que buscou a satisfação de suas necessidades básicas no século XVIII, cada época pode criar os próprios problemas e as promessas de solução. O sistema, para ser legítimo, não precisa de uma ideologia específica, mas apenas da capacidade de criar demanda e supri-la logo em seguida. Evidentemente, manter a sociedade satisfeita é um desafio enorme para qualquer força política, mas o processo de legitimação se mantém através de mecanismos como a troca de poder; se um partido vai mal, coloca-se a oposição no lugar, se esta combinar melhor a criação e a satisfação de necessidades. Esse jogo não se restringe às

forças estatais: se nenhum partido oferece conforto espiritual, a religião o fará. Se nada disso der certo, o time *do sujeito* pode vencer o próximo campeonato ou pode-sefazer um novo financiamento. Quanto mais eficiente a criação de demanda e quanto mais numerosos os meios de satisfação, mais protegido estará o sujeito.

Uma boa teoria da sociedade assume que, para explicar uma ordem pública, precisa-se conceber um ser humano possuidor de características específicas. Karl Marx necessita, para o comunismo fazer sentido, de um ser humano que deseje aquela vida, que valorize a igualdade sem Estado e sinta falta disso. É mais fácil desejar ser assim quando se é um profissional liberal, com recursos limitados e em plena revolução industrial, mas não é tão desejável para uma família contemporânea que sai da miséria graças à ajuda governamental. Para Rawls (1980), os participantes do contrato social precisam ter certa aversão ao risco para escolher, no véu da

ignorância, a estrutura básica da sociedade por ele desejada. Diferentemente do cidadão idealizado por Rawls, um atleta de elite ou um empreendedor poderia considerar mais interessante o risco do que a segurança social, e escolheria um modelo de sociedade completamente diferente daquele que a teoria advoga. Cada modelo social é adequado a uma concepção de ser humano, e a vantagem do projeto moderno é, com o avanço técnico, ser capaz de atender com eficiência a diferentes demandas (e disciplinar bem o suficiente para as demandas não fugirem a seu controle).

Para criticar o desejo de reforma do espírito moderno/iluminista, Edmund Burke (1790) compara a tradição a um navio em alto mar. O progresso não poderia simplesmente jogar a tradição fora, pois isso levaria a sociedade ao naufrágio. A tradição seria, para Burke, a referência moral necessária, incapaz de ser suprida pela então recente democracia. As repúblicas burguesas arran-

cariam a raiz que liga o homem à sua história, sua identidade. Para o espírito iluminista, as consequências de uma revolução republicana são menos trágicas, pois não se trata de eliminar a tradição, mas de *controlar* a tradição. O progresso não é o desejo de mudança, mas sim a confiança e o desejo de controle; ao mesmo tempo em que dá a direção ao barco (jamais a sociedade pode estar à deriva, jamais um príncipe deve se render à *Fortuna*), permite o aprimoramento do barco enquanto navega, e quando o meio de transporte não for mais suficiente, faz a transferência das pessoas para outra embarcação. O movimento dá o sentido, e a conquista é mais importante do que os meios para tal. Desde que mantidos e expandidos os desejos e a oferta de bens, a humanidade se encontra em pleno curso.

Maquiavel disse pouco sobre o cidadão sujeito ao príncipe, e o que disse está relacionado a este. Ao calar, o autor afirma muito. Sua teoria política não precisa de uma ideologia e não pode ser

criticada com base em ideologias. O projeto moderno não é uma fortaleza de conceitos que possa ser derrubada, mas um impulso para o progresso que pode assumir muitas formas. Os planos econômicos, as religiões, os partidos e as classes sociais são apenas momentos de uma ideia muito forte, que promete aos sujeitos o domínio da individualidade e a satisfação dos desejos. Algumas configurações serão mais eficientes do que outras, mas as necessidades básicas permanecem. Fazer o mal de uma vez e fazer o bem a conta-gotas é um conselho que só faz sentido ainda hoje porque o destinatário dessa mensagem não se modificou tanto.

O gênio de Maquiavel vive não na grandiosidade intelectual de sua obra, mas na confirmação de que a humanidade se entrega voluntariamente à servidão. A humanidade, como um todo, tem muito mais conhecimento do que antes. As condições de vida, em geral, melhoraram substancialmente. Moral e

politicamente, no entanto, a essência permanece. Melhorar de vida através da educação, hoje, é conseguir preencher o currículo e passar à frente na corrida pela sobrevivência (no Brasil, soma-se a isso o sonho do concurso público). É indiscutível que a educação melhora a sociedade, mas não se pode ter a ilusão de que mais faculdades e universidades transformarão profundamente a sociedade. O “mercado de trabalho” e o “conhecimento prático” são ideias difundidas nos cursos superiores, mas só são úteis em um contexto de produção que apenas reafirma o estilo de vida da competição e do consumo (Bauman, 2010). O consumo não deixa de ser uma forma de vida válida, talvez a melhor de todas, mas o fato é que, com a disciplina silenciosa, não resta outra opção em sociedades desenvolvidas. É esta educação e este mercado de trabalho ou nada.

É uma forma de organização comprovadamente eficiente. Com mais educação oficial, formar-se-ão mais

trabalhadores consumidores dos membros de sociedades alternativas, e isso é bastante aceitável. Com alguns ajustes (diminuição da violência, mais oportunidades e direitos para todos), o capitalismo democrático é, provavelmente, o sistema mais adequado para as sociedades atuais. Além disso, com a estrutura montada e a interdependência das nações o custo de uma mudança profunda do modo de vida é proibitivo. As utopias, entre elas a marxista, cobram um preço muito alto pela mudança; eliminar a Igreja, a Família, o Estado, fazer a transição com uma ditadura? Poucas pessoas trocariam o *merecimento* de ter televisões grandes, automóvel próprio e financiamento imobiliário por uma sociedade horizontal. Ainda não há argumentação racional que prove que elas precisam querer algo diferente.

O verdadeiro progresso da história, se acontecer, terá origem mais profunda. É impossível pensar em uma nova era enquanto os desejos, em larga escala, se mantêm. A atualidade da obra

de Maquiavel nos faz perceber o quanto, no íntimo, não mudamos muito. A política é uma estratégia que lida com as massas, e seu objetivo é manter a legitimidade, ou seja, um apoio abstrato suficientemente forte para assegurar a autoridade de um grupo sobre outro. Nesse jogo, os nomes próprios são apenas momentos, rápidas manifestações de um progresso que, por bem ou por mal, conduz a humanidade.

O jogo de poder permanece, e os elementos desse jogo são poucos e simples. Um elemento está à frente do sujeito: é a produção do desejo e a oferta de bens, ampliados e diversificados pela técnica científica e pela evolução cultural. Esses bens podem ser materiais ou imateriais. A tolerância religiosa, um direito presente em qualquer Democracia, permite que mais religiões sejam oferecidas aos fiéis consumidores. A oferta de espiritualidade nunca foi tão grande quanto nas democracias ocidentais, e isso diminui o potencial de descontentamento, que, no

caso das religiões, podem perturbar profundamente a ordem pública. Note-se que todas as crenças, por lei, devem respeitar a ordem pública, passando imediatamente para a ilegalidade se houver a constatação, pelo sistema, de alguma ameaça. Inversamente, uma religião ilegal pode passar para a legalidade, desde que possua um público grande e fiel e, o que é mais importante, incapaz de ser contentado pelos candidatos a substituírem sua religião.

Contudo, o círculo só se fecha porque há outro elemento, que alimenta o binômio desejo-bens, a saber, a consciência da finitude ou o medo da morte. A segurança nas democracias ocidentais é sempre relativa e quando não há um inimigo claro o governo cria. Com os “valores” constantemente ameaçados, legitimam-se medidas enérgicas do príncipe, passando-se a mensagem de que a população necessita dele. A necessidade de um inimigo é tão forte que o governo muitas vezes assume esse papel para logo depois,

através das estruturas oficiais de controle, oferecer a solução. A guerra preventiva e a espionagem governamental, duas das mais recentes ameaças, são bons exemplos de como a disseminação do medo justifica medidas estratégicas. Não significa que haja uma teoria da conspiração ou que todos os inimigos sejam fabricados, mas que, de uma forma ou de outra, o eleitor-consumidor deve ser mantido com medo de um inimigo invisível e invencível, quer seja a recessão ou o terrorismo.

## **Conclusão**

As intuições de Maquiavel são excelentes e ganham ainda mais brilho quando percebemos que, moralmente, somos os mesmos. Isso, por um lado, pode ser testemunho da nossa incapacidade de avanço moral, mas, por outro, pode ser a confirmação de que foi escolhido, com a modernidade, o caminho que mais corresponde à nossa natureza, ainda que esta não corresponda a certos ideais

filosóficos. Afinal, somos animais e os nossos desejos mais verdadeiros talvez não sejam tão nobres quanto a nossa imaginação. Possivelmente, tudo de que necessitamos seja a figura paterna de um príncipe e meios materiais e imateriais que aumentem a soma total de felicidade. Demasiado humano.

Evidentemente, transformações radicais das condições objetivas podem mudar completamente o panorama. Uma crise nuclear ou alimentar pode fazer surgir um sentimento de solidariedade nunca antes encontrado, e uma nova humanidade pode aparecer. Talvez as potencialidades humanas desabrochem todas de uma vez, e uma nova era surja daqui a dez, cem ou quinhentos anos. A imprevisibilidade da história e uma esperança inexplicável levam à crença no crescimento moral e espiritual do ser humano. A razão pode mostrar que a natureza não nos pede permissão e que o universo continuará muito bem sem essa diminuta raça nesse pequeno planeta. Porém,

se somos assim diminutos, é ainda maior nosso direito a ter esperanças inexplicáveis.

Essas observações talvez sejam demasiado metafísicas para um ensaio sobre *O Príncipe*, mas não deixam de ser sugeridas por ele. Ao mostrar, com a atualidade de sua obra, que somos tão mundanos, Maquiavel reacende o desejo de sermos um pouco melhores. Se não é possível uma mudança espiritual profunda — quantos realmente a desejam? —, é possível esperar que, com a evolução das civilizações, nos libertemos da exclusividade de um estilo de vida e afrouxemos as regras de comportamento. Hoje, o trabalho assalariado para a realização pelo consumo é o estilo de vida dominante, mas numa sociedade mais madura e bem organizada seria possível viver diferente sem que se perdessem termos de qualidade de vida, mesmo em comunidades alternativas. Se é verdade que há um limite para a inclusão - e não nos livraremos de condicionantes como o mercado de trabalho -

, pelo menos é razoável crer que, sem grandes desvios de curso, uma sociedade menos disciplinar seja possível. Talvez precise de muitas tentativas, talvez a humanidade caminhe em sentido contrário, mas para viver é necessário também um pouco de utopia.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt (2010). *Vida a crédito*. Rio de Janeiro: Zahar.

BURKE, Edmund (1790). *Reflections on the revolution in France*. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/15679/15679-h/15679-h.htm>. Acesso em 11/01/2014.

DILTHEY, Wilhelm (2006). **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Vozes.

HEGEL, G.W.F (2008). *Filosofia da história*. Brasília: UnB.

KOSNOSKI, Jason (2005) Dewey's social aesthetics. *Polity*, v. 37, n. 2, pp. 193-215.

MAQUIAVEL, Nicolau (2010). *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes.

MILL, John Stuart (1879). *Utilitarianism*. London: Longmans, Green and Co.

RAWLS, John (1980). Kantian constructivism in moral theory. *The Journal of Philosophy*, v. 77, n. 9, pp. 515-572.

SALDANHA, NELSON (2010). *Teológico, metafísico, positivo*. Rio de Janeiro: ABL.

STRAUSS, Leo. *Niccolo Machiavelli* (1987). STRAUSS, Leo; CROUSEY, Joseph. *History of political philosophy*. Chicago: University of Chicago Press.

STRECK, Lenio Luiz (1999). **Hermenêutica jurídica e(m) crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

WEBER, Max (2004). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.